



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR

Maria do Socorro Amaral

ORIENTADORA: ALIA MARIA BARRIOS GONZÁLEZ

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Maria do Socorro Amaral

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador(a): Alia Maria Barrios González

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

Maria do Socorro Amaral

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Da. Alia Maria Barrios González (Orientadora)

Ma. Ana Paula Pertussati Teperino (Examinadora)

Maria do Socorro Amaral (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus mestres que não mediram esforços, no sentido de me orientar para a construção do mesmo. A todos os professores da escola pesquisada que me atenderam com educação e respeito, respondendo todas as questões do questionário. Aos meus professores tutores presenciais e online meus sinceros agradecimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que é o autor da vida e fonte de sabedoria. Agradeço também a professora Alia Maria, pois sem a ajuda da mesma eu não teria chegado até aqui. Agradeço a todos os professores tutores que estiveram direto e indiretamente nos auxiliando no decorrer deste estudo. A minha família que esteve do meu lado me apoiando com carinho e respeito.

RESUMO

O referido trabalho abordou o tema da Inclusão de Crianças com Síndrome de Down no Ensino Regular com o objetivo de analisar e descrever o processo de inclusão de um aluno com síndrome de Down, em uma escola Municipal de Ensino de Cruzeiro do Sul/Acre, a partir da elaboração discursiva de professores, ressaltando possibilidades e desafios educativos desse processo de inclusão. Sabemos da importância do tema e da necessidade que há de conscientizar a família e os diferentes atores do contexto escolar sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down no ensino regular. A pesquisa se deu por meio de um questionário aberto para investigar os principais desafios que a escola enfrenta para incluir os alunos com Síndrome de Down, como também as estratégias e metodologias utilizadas pelos professores em sala para que esse aluno se sinta integrado no ambiente escolar. Para embasamento teórico foi feito um estudo em artigos de alguns autores para aprimorar o conhecimento nessa área. Houve um contato direto com a responsável da instituição para apresentar os documentos necessários para o início da pesquisa, em seguida uma conversa com os oito professores participantes da pesquisa, onde os mesmos assinaram os termos necessários para o consentimento com o estudo. A maioria dos participantes da pesquisa relatou que os principais desafios estão na identificação das habilidades reais dos alunos em processo de inclusão, sendo que essa identificação é importante para se definir as estratégias e metodologias de trabalho em sala de aula. Porém, através deste estudo percebeu-se que houve uma conscientização dos educadores sobre a inclusão no ensino regular, como também um olhar reflexivo em relação as estratégias e as metodologias desempenhadas por eles. Conclui-se que para que haja inclusão é importante a aceitação, por parte dos educadores, da necessidade de buscar conhecimentos em diversas áreas do saber, procurando traçar metas com metodologias inovadoras e desafiadoras para suprir as necessidades dos educandos.

Palavras-Chave: Inclusão, Síndrome de Down, Aprendizagem.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	09
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 Leis que Amparam os Alunos com Necessidades Educacionais Especiais	12
2.2 Um pouco da história da Síndrome de Down	14
2.3 A Inclusão de Crianças com Síndrome de Down	16
3. OBJETIVO	19
3.1 Objetivo Geral	19
3.2 Objetivos Específicos	19
4. METODOLOGIA	20
4.1 Fundamentações Teóricas da Metodologia	20
4.2 Contexto da Pesquisa	20
4.3 Participantes	22
4.4 Materiais	22
4.5 Instrumentos de Construção de Dados	22
4.6 Procedimentos de Construção de Dados	23
4.7 Procedimentos de Análise de Dados	23
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERENCIAS	31
APENDICE	32
Apêndice A: Questionário Aberto	32
ANEXOS	35
Anexo A: Aceite Institucional	35
Anexo B: Carta de Apresentação para a Diretora	37
Anexo C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os professores	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: ‘Dados dos Participantes’	24
--	-----------

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho representa uma análise do processo de inclusão da pessoa com Síndrome de Down na escola regular. O acesso à escola contribui consideravelmente para o processo de desenvolvimento humano, visto que é por meio dela que o aluno com necessidades educacionais especiais é integrado socialmente a partir da apreensão das normas e regras que são definidas pelo grupo sociocultural. Assim, a proposta colocada através da Declaração de Salamanca de 1994, garante a inclusão na escola regular a pessoas com necessidades educacionais especiais – Síndrome de Down, de modo que esses indivíduos, apesar das diferenças físicas que são manifestadas, terão seu direito garantido. Estudar o contexto de inclusão na escola regular ao aluno com Síndrome de Down é relevante, pois ele traz marcado no seu corpo o resultado de fatores biológicos que certamente é alvo de olhares diferenciados na sala de aula.

Escolhi este tema por está relacionado com a minha prática pedagógica, pois como professora da rede estadual e municipal de ensino preciso estar preparada para a qualquer momento receber em minha sala alunos com Síndrome de Down, onde os mesmos serão muito bem acolhidos.

Por isso resolvi fazer este estudo com o objetivo de analisar e descrever o processo de inclusão como também apontar possibilidades e desafios desse processo de inclusão. Sendo assim, o trabalho aborda algumas estratégias de ensino e metodologias que os professores utilizam para facilitar o aprendizado de seus educandos com necessidades educacionais especiais.

Sabemos que é papel da escola buscar alternativas educacionais para viabilizar as condições físicas e materiais favoráveis à inclusão de crianças com necessidades especiais. Também é papel da escola pensar em práticas pedagógicas adequadas, pois as crianças com Síndrome de Down podem evoluir tanto quanto as outras, a diferença é somente o tempo de aprendizado e os estímulos recebidos.

O professor é a figura alvo neste estudo, pois ele deve aprimorar seus conhecimentos e estratégias didáticas com o intuito de atingir os principais objetivos da educação. O professor é um formador de opiniões e responsável pelo desenvolvimento das habilidades do aluno, utilizando uma metodologia dinâmica, e buscando soluções

para vencer barreiras e ultrapassar limites. Quando esse dinamismo e compromisso não existem, pode acontecer o contrário, ele pode até frustrar seus alunos. A família também precisa ter um vínculo com a escola, pois a presença dos familiares junto à mesma oferece segurança ao educando e o torna mais adaptado e confiante no processo de aprendizagem. Tanto o professor quanto a família podem facilitar e mediar às interações do aluno com o meio social.

A inclusão do cidadão depende da integração dele com o meio social, interagindo com novas culturas e raças sem preconceito, pois depende da aceitação de cada um de nós o que acontece no coletivo. Atualmente buscam-se transformações com intuito de alcançar mudanças de paradigmas nas escolas públicas com o objetivo de oferecer uma educação humanizada e de qualidade para a sociedade para garantir a todo cidadão o direito ao ensino de qualidade.

Mas como podemos propor tais mudanças? Primeiramente precisamos de um estudo aprofundado de como estão estruturadas as escolas públicas para receber os alunos com Síndrome de Down. Será que o professor está realmente consciente que a inclusão é um processo contínuo?

A sociedade necessita de um amplo e contínuo esclarecimento em relação às crianças com Síndrome de Down, para que mudanças atitudinais aconteçam fortalecendo as famílias e proporcionando a elas condições de interagir com a deficiência. As pessoas com Síndrome de Down são tão capazes de aprender como outra qualquer, porém dentro de suas limitações. Pela experiência que já tive em trabalhar com uma aluna com essa síndrome observei que nem todos da turma interagiam com ela. A educanda ficava praticamente com uma familiar e sua cuidadora.

Em 2013 trabalhei em uma escola estadual da minha cidade e tive a honra em receber na classe do 6º ano uma aluna com Síndrome de Down. Garota tímida, com um olhar fixo e profundo, não falava palavras polissílabas, mas repetia muito “tu”. No primeiro contato com ela fiquei sem chão, ou seja, sem saber o que fazer. Qual metodologia usaria naquele momento. A aula acabou porém não consegui esquecer que no dia seguinte eu estaria com ela novamente. Passaram alguns dias quando me lembrei de buscar ajuda de alguma forma e foi o que fiz, fui até o núcleo de atendimento pedi que as orientadoras que mostrassem alguma forma de trabalhar com aquela aluna. Fui convidada a participar de um curso sobre a inclusão, durante o curso ministrado por uma professora que estava fazendo mestrado percebi que eu não fui à única em passar por situações parecidas.

O professor em algumas situações de sua prática pedagógica sente-se sozinho, porque há momentos em que a escola não dá esse suporte e ele tem que buscar outras formas para enriquecer sua história, sua profissão. A referida aluna marcou minha vida de certa forma, pois foi através dela que depois disso já participei de vários cursos nesta área e hoje estou tentando concluir mais um.

Sabemos que a educação inclusiva é considerada requisito fundamental de uma sociedade democrática que vem sendo modificada por profissionais comprometidos com a construção de uma educação de qualidade. Portanto incluir é aceitação, socialização e interação do eu com o outro. Para isso, é necessário resignificar propósito e ações da sociedade em questão a fim de adquirir habilidades e conhecimentos que permitam interagir de forma eficaz com essa realidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Leis que amparam os alunos com necessidades educacionais especiais.

No contexto brasileiro, várias leis garantem o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular. Algumas dessas leis são: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (lei n. 9.394/96), e a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, dentre outras.

A Constituição Federal de 1988 deixa claro no seu Artigo 205 que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Além disso, ressalta que essa educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, assim como seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Ainda sobre a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais, o Artigo 208 - III da Constituição Federal garante o “Atendimento Educacional Especializado para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) defende uma educação especial inserida no sistema regular de ensino. O artigo 58 da mesma especifica que “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação”.

Como a Constituição Federal de 1988, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação esclarece a necessidade de um atendimento educacional especializado. Segundo a Lei de diretrizes e Bases, o Atendimento Educacional Especializado é um complemento na formação do aluno, ou seja, uma ferramenta mais completa com diversos recursos para garantir a aprendizagem do aluno. Sobre esse Atendimento Educacional Especializado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n. 9.394/96) especifica no art. 2º. que:

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. LDB, nº9. 394/96 art.2º

Outro ponto importante é que o Atendimento Educacional Especializado deve acontecer de maneira integrada com o atendimento do aluno com necessidades educacionais especiais na sala de aula regular. Sobre essa integração, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação especifica, no se art. 13 que o Atendimento Educacional Especializado deve:

[...] estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. LDB, nº9. 394/96 art.13º

Sendo assim, nos parágrafos anteriores, a referida Lei garante ao aluno condições de recursos e acesso livre na escola, independente da deficiência. A criança tem direito a uma metodologia diferenciada, garantida por meio de materiais didáticos específicos para que cada aluno possa buscar e construir o conhecimento de acordo com as suas potencialidades.

Outra lei que garante o direito à educação de crianças e adolescentes é o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, Lei nº 8.069/90. De acordo com o artigo 53 do estatuto, “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, assegurando-se lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

O acesso à escola contribui consideravelmente para o processo de desenvolvimento humano, visto que é por meio dela que os alunos com necessidades

educacionais especiais são integrados socialmente a partir da apreensão das normas e regras que são definidas pelo grupo sociocultural. A escola deve ser capaz de desenvolver nos alunos capacidades intelectuais que lhes permitam assimilar plenamente os conhecimentos acumulados. Isto quer dizer que ela não deve restringir à transmissão de conteúdos, mas, principalmente, ensinar o aluno a pensar, ensinar formas de acesso e apropriação do conhecimento elaborado de modo que ele possa praticá-las com autonomia ao longo de sua vida. Essa é a tarefa principal da escola frente às exigências da sociedade moderna.

Embora a legislação vigente enfatize a necessidade e importância de um atendimento de qualidade para os alunos portadores de necessidades educacionais especiais no contexto do ensino regular, a inclusão escolar precisa de muitas mudanças tanto em termos de metodologias como em termos de valores e atitudes sociais. Sabe-se que, na maioria das vezes, os valores e atitudes da sociedade em relação às pessoas com necessidades especiais criam barreiras para seu atendimento educativo. Minimizar essas barreiras que partem das atitudes sociais do cotidiano significa desfazer a ideia de que a deficiência está associada à incapacidade.

2.2 Um pouco da história da Síndrome de Down.

No contexto deste trabalho faz-se necessário apresentar de maneira breve a história da Síndrome de Down, assim como algumas das possíveis consequências dessa síndrome para o desenvolvimento da pessoa que a porta.

A história da Síndrome de Down começa no ano de 1862 com os estudos e considerações do médico britânico John L. H. Langdon-Down que realizou diversos estudos com crianças que apresentavam sintomas de deficiência mental, conforme antiga nomenclatura. A partir de suas observações, Langdon-Down descobriu que muitas dessas crianças tinham traços físicos similares ao povo da Mongolia, sendo crianças europeias. Partindo de seus estudos fez uma caracterização dos traços físicos e de algumas das questões intelectuais apresentadas pelas crianças observadas. A causa genética dessas características foi descoberta em 1958 pelo professor Jérôme Lejeune. A doença genética passou a ser chamada de Síndrome de Down em homenagem a seu descobridor.

No início do século vinte o autor Werneck (1993), apresenta um novo conceito sobre a Síndrome de Down baseando-se em declaração de outros autores, definindo tal

deficiência como um acidente genético. Tal descoberta ainda se vigora até os dias atuais, tendo em vista que não foi apresentada outra teoria que definisse essa síndrome de outra forma.

De acordo com Belsky (2010), a Síndrome de Down é um defeito congênito classificado como genético que tem como causa principal um número inusual de cromossomas. Segundo a autora, a Síndrome de Down ocorre em função de um erro na divisão celular chamado de ‘não disjunção’ no óvulo ou no espermatozoide. Essa ‘não disjunção’ ocasiona a formação de um cromossoma extra que adere a par de cromossomas 21. O número inusual de cromossomas produz problemas de saúde como suscetibilidade à doença cardíaca e possibilidade de leucemia infantil. Ainda em termos de saúde, a pessoa com Síndrome de Down pode sofrer do impacto do que Belsky (2010) chama de ‘bomba relógio’ no ciclo da vida. Ou seja, durante a meia idade e antes do previsto em nível biológico, a pessoa com Síndrome de Down pode desenvolver doenças com Alzheimer. Além das questões anteriores, o cromossomo extra vai produzir características físicas específicas como perfil facial achatado e inclinação ascendente dos olhos.

A Síndrome de Down é um dos distúrbios cromossômicos mais comuns que causa deficiência intelectual, a qual se caracteriza por dificuldades do aprendizado e comprometimentos do comportamento. Entretanto, isso não significa que o aluno com Síndrome de Down não possa construir conhecimentos e demonstrar a sua capacidade cognitiva a partir de práticas pedagógicas adequadas.

Portanto para dar suporte e assegurar a participação do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular criou-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), e as Políticas de Educação Especial (BRASIL 2008), voltadas para garantir o direito e a permanência de alunos com deficiência intelectual no ensino regular, dando suporte ao sistema e garantindo retorno as necessidades educacionais. Para que haja atendimento educacional especializado faz-se necessária a identificação e a elaboração de recursos voltados para as necessidades do aluno e de acordo com a proposta pedagógica. As atividades a serem trabalhadas na sala de recurso devem ser diferenciadas das que são utilizadas em classe, servindo como complemento e enriquecimento no aprendizado do educando. Faz-se necessário que os educadores do AEE sejam formados nessa área para que aconteça um apoio de qualidade, garantindo a captação do saber e a interação entre professor e aluno.

2.3 A inclusão de crianças com Síndrome de Down na escola regular.

A educação é a ferramenta básica para a inserção de qualquer pessoa em seu meio social, pois ela transmite a cultura, constrói o cidadão, amplia conhecimentos visando à construção de um mundo melhor para todos. Sendo assim, a educação brasileira tem como desafio facultar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola de ensino regular conforme promulga a ação mundial pela educação inclusiva, que enfatiza a necessidade de quebrar qualquer paradigma educativo excludente. Como colocado anteriormente, a educação inclusiva tem como fundamento o direito de toda pessoa à educação, garantido por leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 4.024/61), que especifica que as pessoas com deficiências devem ser incluídas dentro do sistema geral e regular de ensino.

Sabemos que em nosso país o atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais se deu, em primeiro lugar, na cidade do Rio de Janeiro especificamente aos surdos e mudos. Depois foram fundadas outras instituições para o atendimento de pessoas com deficiência mental e posteriormente para os superdotados. Dessa data até a atualidade, o atendimento educacional das crianças com necessidades educacionais especiais tem passado por inúmeras mudanças que apontam avanços e desafios do processo de inclusão.

Segundo Mantoan (2006), a inclusão é um grande desafio nas escolas regulares. É um processo que envolve uma série de questões difíceis de serem vivenciadas pelos educadores e educandos com necessidades educacionais especiais e até mesmo por seus familiares. Porém as escolas estão em processo de abertura para a inclusão. Para esse processo de abertura e mudança é fundamental o diálogo entre as instituições especializadas e as escolas regulares, procurando, juntas, entenderem as principais dificuldades que as crianças enfrentam dentro da escola regular. A formação de professores também é um ponto central da inclusão. Mantoan (2006) sugere que as escolas trabalhem com ações direcionadas para a capacitação dos profissionais de forma contínua e voltadas para a inclusão. Isso significa mobilizar toda a equipe da escola para eventuais mudanças e aprofundamento no saber pedagógico. A inclusão é ampla e não deve estar resumida à busca de conhecimentos técnicos por parte dos professores, mas

também deve abranger aceitação das diferenças e a reformulação do papel da escola para acolher e incluir novos projetos e práticas educativas.

De acordo com Carvalho (2006) desafiar a pessoa com deficiência, significa estabelecer para ela as mesmas metas educacionais que para os demais, assegurando o acesso efetivo aos bens culturais, mesmo que isso implique a necessidade de uso de recursos especiais, mesmo que isso demande uma ação mais intensiva do que a ação em relação ao outro. Voivodic (2004 apud SHWARTZMAN, 1999) afirma que é possível desenvolver o processo ensino-aprendizagem das crianças com diagnóstico de Síndrome de Down:

O QI dos indivíduos com síndrome de Down tem demonstrado aumentos significativos nas últimas décadas, o que evidencia que a inteligência não é determinada exclusivamente por fatores biológicos, mas também influenciada por fatores ambientais (VOIVODIC, 2004, p. 43).

Para Amiralian (2000), pode haver pessoas sem capacidades quando o meio social onde a mesma está inserida não colabora para que esse indivíduo possa desenvolver suas habilidades. Sendo assim, o papel da escola é proporcionar o acesso e a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas diferentes atividades do contexto escolar segundo suas potencialidades e possibilidades.

O MEC/ SEESP, portaria nº 1.793/94, respalda a afirmação anterior explicitando que para que aconteça a integração da criança no ambiente escolar faz-se necessário uma adaptação dos conteúdos, ou seja, elaborar as atividades no nível da capacidade da criança, com desafios gradativos. Isso aumenta o sucesso tanto na realização dos trabalhos quanto o tempo de atenção e interesse da criança em relação às atividades desenvolvidas. O professor também precisa se conscientizar de que a criança necessita ter pausas entre as atividades desenvolvidas, pois ela se esforça bastante para desenvolver uma atividade que envolva funções cognitivas complexas. Além disso, essa criança precisa ser valorizada pelo que faz, para que se sintam acolhidas pela turma. Quando a criança se sente isolada do grupo e com pouca importância no trabalho e na rotina escolares, a criança pode adotar atitudes reativas como desinteresse, descumprimento de regras e provocações (MEC/ SEESP, portaria nº 1.793/94).

Uma das principais formas de incluir uma criança com Síndrome de Down se dá por sucessivas formas de transmitir as orientações em sala de aula para que o aluno possa assimilar as informações. Além disso, é importante que o professor se disponha a acompanhar esse educando usando instruções visuais, o que faz com que seu desempenho melhore muito. Por isso, para facilitar ainda mais a compreensão do educando é importante apresentar materiais que o mesmo possa ver, de preferência com ilustrações grandes e chamativas, com cores e símbolos que chamem a sua atenção.

Atualmente as escolas estão sendo desafiadas a buscar soluções para que haja a permanência das crianças com Síndrome de Down em seu âmbito. As escolas procuram inovar em suas metodologias e estratégias de ensino com o objetivo de se adaptar à realidade do aluno. Entretanto, sabemos que acontece justamente o contrario do que se espera da escola, na maioria das vezes é o aluno que se adapta aos métodos utilizados pelo professor da escola regular, transmitindo de forma tácita o que se espera que o aluno aprenda.

Para tentar amenizar o desafio citado no parágrafo anterior, criou-se o Atendimento Educacional Especializado com o objetivo de favorecer ao aluno com necessidades educacionais especiais. Como colocado anteriormente, esse atendimento deve fornecer metodologias inovadoras buscando novas possibilidades de captação do conhecimento, dando-lhe liberdade de escolha ao aluno para uma melhor forma de aprender.

Embora todas as ações educativas acima sejam possíveis, a sociedade tem dificuldade para conviver com as diferenças, isolando, na maioria das vezes, a pessoa com deficiência, pois cada um de nós carrega ideias preconcebidas em relação a essas pessoas, o que influenciará nas atitudes e na interação com elas. São muitas as situações pelas quais a sociedade mostra sua insensibilidade, falta de conhecimento, rejeição e preconceito em relação à deficiência. Os efeitos desses sentimentos refletem sobre a família que recebe uma criança com síndrome de Down, e tais ocorrências podem ser reveladas ou não (BRASIL/MEC, 1994).

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar e descrever o processo de inclusão de um aluno com síndrome de Down, em uma escola Municipal de Ensino, a partir da elaboração discursiva de professores, ressaltando possibilidades e desafios educativos desse processo de inclusão.

3.2 Objetivos Específicos

Analisar as estratégias e procedimentos adotados por uma escola Municipal de Ensino no processo de inclusão de um aluno com síndrome de Down, a partir da elaboração discursiva de professores;

Apontar as possibilidades e desafios educativos desse processo de inclusão.

4. METODOLOGIA

4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

No contexto deste trabalho optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa uma vez que se pretendeu descrever o processo de inclusão de um aluno com diagnóstico de Síndrome de Down, sinalizando as possibilidades e desafios dessa inclusão.

De acordo com alguns autores como Moreira (2002), podemos identificar a pesquisa qualitativa pela ação ou efeito de entender o objeto de estudo, explicitando o mesmo de maneira abrangente. O autor caracteriza a pesquisa qualitativa como um momento de reconstrução da realidade a partir da relação/interação do pesquisador com o fenômeno em estudo e o ambiente em que o mesmo está inserido. Para desenvolver uma pesquisa qualitativa é necessário todo um estudo do ambiente, pois o pesquisador qualitativo deve estabelecer um vínculo direto com o fenômeno que está sendo investigado. Para isso, é importante a seleção e/ou construção de instrumentos de pesquisa que não interfiram no processo de construção dos dados que acontece a partir da interação do pesquisador com os participantes do estudo. Já na pesquisa quantitativa dificilmente se dá atenção à interação do pesquisador com os participantes do estudo durante uma coleta de dados. A pesquisa qualitativa permite compreender de maneira exaustiva fenômenos e acontecimentos, a partir dos conhecimentos que o pesquisador usa na interpretação dos dados.

4.2 Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola da Rede Municipal de Cruzeiro do Sul-AC, que será chamada de ‘Escola M’ em função de questões éticas. A referida escola foi selecionada para a realização do estudo tendo em vista a presença de uma criança com Síndrome de Down na instituição. Antes de acontecer o estudo, os professores da escola afirmavam ter dificuldades em relação ao processo de inclusão do aluno por não conseguirem a atenção dele na sala durante a aula. Sendo assim, acreditamos que os resultados do estudo possam contribuir para o trabalho dos profissionais participantes e para a educação inclusiva de maneira geral.

A ‘Escola M’ atende alunos do 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Sua instituição oficial como estabelecimento de Ensino se deu pelo Decreto Municipal nº 005/90(15/03/1990). Naquele primeiro momento o prédio começou funcionar com uma

estrutura de 04 salas. A escola está localizada em um bairro central de Cruzeiro do Sul-AC.

A referida escola é a maior da Rede Municipal, que funciona pela manhã com 11 turmas do 1º ao 5º ano. Durante a tarde funciona com 11 turmas do 6º ao 9º ano. No ano de 2015, a escola iniciou o projeto “Mais Educação” (Programa do Governo Federal), com 120 alunos envolvidos no total, tendo como finalidade estender a carga horária desses alunos para 8 horas por dia, como também envolvê-los em atividades diversificadas.

A escola tem um quadro de 60 profissionais, sendo 34 professores, nove (9) funcionários administrativos e 17 funcionários de apoio administrativo. Diariamente a escola fica sempre aos cuidados dos profissionais de apoio administrativo, fiscalizando quem entra e sai da mesma. O perfil da clientela da escola é de classe média baixa, sendo que os alunos são, na sua maioria, filhos de funcionários públicos, empregadas domésticas e outros profissionais autônomos como diaristas sem renda fixa e em busca de melhores condições de vida. De forma geral, essas características e condições da clientela resultam na ausência de uma grande quantidade dos pais no referido estabelecimento por ocasião das reuniões bimestrais.

A estrutura da escola é boa, pois atualmente conta com diferentes espaços para diversas atividades pedagógicas. Na entrada da escola fica a direção com um banheiro, uma secretaria e uma sala de professores também com banheiro. Para o atendimento dos alunos, a escola conta com uma sala de informática, uma biblioteca, e uma sala de inclusão além das salas de aula. Na escola também existe um almoxarifado, uma cozinha, um refeitório, quatro banheiros femininos e quatro banheiros masculinos. A sala de inclusão é bem espaçosa, acolhendo 15 crianças com diversas necessidades educacionais especiais. Dentre os alunos que frequentam a sala de inclusão está o aluno com diagnóstico de Síndrome de Down e foco do estudo, além, de um aluno com deficiência auditiva leve e outros alunos com avaliação de altas habilidades/superdotação.

Como colocado anteriormente, a escola conta com 34 professores que, na sua maioria, são formados em Pedagogia. Todos os professores possuem curso superior em diversas áreas como: Ciência Biológica, História, Matemática, Geografia, e Letras. Dos 34 educadores somente seis (6) têm pós-graduação em outras áreas do conhecimento.

4.3 Participantes

A referida pesquisa teve como foco os professores que trabalham diretamente com o aluno com diagnóstico de Síndrome de Down na escola pesquisada. Os educadores trabalham com diferentes disciplinas, sendo um professor para cada disciplina, com exceção de religião e artes que estão sob a responsabilidade de um mesmo professor. Também participaram da pesquisa a professora de atendimento educacional especializado (AEE), uma atendente pessoal, e o coordenador de ensino, somando um total de oito (8) educadores participantes.

Os profissionais participaram da pesquisa respondendo um questionário aberto construído especificamente para o estudo. O perfil dos participantes foi traçado a partir das primeiras perguntas do questionário que se referem a dados como: idade, formação acadêmica, jornada de trabalho e tempo de experiência na educação e na educação inclusiva.

Antes da realização do questionário aberto foi solicitada a autorização mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para serem usadas as informações passadas pelos profissionais no contexto deste trabalho.

4.4 Materiais

Para a pesquisa foram utilizadas matérias como: folhas de papel A4, computador para a análise e sistematização dos dados, canetas e cópias do questionário aberto respondido pelos participantes.

4.5 Instrumentos de Construção de Dados;

Os instrumentos que contribuiu para o levantamento das informações foram um questionário aberto com dez questões referentes aos dados dos professores investigados e ao fenômeno em estudo. As seis primeiras perguntas eram sobre a escola em que trabalham, a disciplina, turma que lecionam, número de alunos com Síndrome de Down em sua sala, idade, formação acadêmica, jornada de trabalho tempo de experiência na educação e tempo de experiência na educação inclusiva.

As outras quatro questões são referentes aos desafios que a escola enfrenta para incluir os alunos com síndrome de Down, as estratégias e metodologias utilizadas em

sala de aula para que o aluno com Síndrome de Down se sinta integrado com os demais alunos, se as estratégias utilizadas estão de acordo com as diretrizes/ legislação para o trabalho com o aluno com Síndrome de Down e quais as atividades que a criança com Síndrome de Down gosta de fazer em sala e seus objetivos.

Também foi apresentada à diretora da instituição uma carta de apresentação assinada pela tutora presencial do polo, onde foi feita a leitura da mesma dando ênfase no objetivo que é a formação continuada e profissional da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Foi apresentado para a responsável pela escola o Aceite Institucional, lido e preenchido pela mesma com informações diversas como: nome completo da diretora, nome do estabelecimento, titula da pesquisa, nome do responsável pela pesquisa, nome da orientadora da pesquisa, tipos de estudos a ser realizado, local e data.

4.6 Procedimentos de Construção de Dados

No primeiro contato com a escola, conversei com a Coordenadora Administrativa, tendo em vista que a diretora estava de férias. Nesse primeiro contato, apresentei os documentos de apresentação e autorização. Posteriormente, fui apresentada aos professores pedindo a colaboração dos mesmos para desenvolver a pesquisa. Uma vez em contato com os professores, apresentei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento e, em seguida, mostrei o questionário aberto para ser respondido pelos professores. No momento de entrega do questionário, ressalttei que o mesmo precisava ser entregue naquele dia ou até o dia seguinte em função do tempo para a realização do estudo. Alguns dos participantes entregaram o questionário respondido no mesmo dia, outros no dia seguinte.

4.7 Procedimentos de Análise de Dados

Os dados coletados através do questionário aberto foram analisados previamente para o estabelecimento de categorias de análise, considerando os objetivos do estudo, as perguntas do questionário e os pontos em comum nas respostas dos participantes. Cada categoria foi analisada interpretativamente, procurando indicadores dos principais aspectos teóricos levantados durante a pesquisa bibliográfica.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados coletados a partir do questionário ministrado na escola investigada. Conforme colocado anteriormente, os participantes desta pesquisa foram oito (8) professores que têm contato direto com um aluno com diagnóstico de Síndrome de Down que frequenta a escola estudada. O questionário ressalta tanto o perfil do professor como também questiona metodologias e estratégias utilizadas no processo de ensino aprendizagem do aluno. Além disso, através do questionário buscou-se detectar a opinião dos professores quanto aos desafios que a escola enfrenta no dia a dia para incluir o aluno com Síndrome de Down.

Para a análise da elaboração discursiva apresentada pelos profissionais foram estabelecidas as seguintes categorias de análise: Desafios da inclusão de alunos com Síndrome de Down, Estratégias e metodologias que os professores utilizam para incluir o aluno com Síndrome de Down em sala de aula regular, As estratégias desenvolvidas estão de acordo com as diretrizes/legislação, Atividades que a criança com Síndrome de Down gosta de fazer em sala de aula? Quais os objetivos dessas atividades?

Além dos resultados obtidos para cada categoria de análise, apresentamos também informações relevantes sobre os participantes do estudo. Para tal, os participantes foram nomeados com a letra P e um número (P1, P2, P3, etc.). Essas informações aparecem sintetizadas na Tabela 1: ‘Dados dos Participantes’.

PROF. IDADE	DISCIPLINA	TURMA QUE LECIONA	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	JORNADA DE TRABALHO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO
P1 26 à 30 anos	Matemática	7º e 8º	Matemática	-	16 horas	4 anos - 2 anos na Educação Inclusiva
P2 26 à 30 anos	História	6º e 7º	História	-	12 horas	5 anos – 2 anos na Educação Inclusiva
P3 26 à 30	Geografia	6º e 7º	Geografia	-	16 horas	4 anos - 2 anos na Educação

anos						Inclusiva
P4 26 à 30 anos	Ciências	6º e 7º	Ciência	Inclusão social	16 horas	6 anos – 2 anos na Educação Inclusiva
P5 26 à 30 anos	Língua portuguesa	6º e 7º	Letras por.	Língua portuguesa	16 horas	10 anos – 4 anos na Educação Inclusiva
P6 31 à 36 anos	AEE	Única	2º grau completo	-	4 horas	3 anos – 3 anos na Educação Inclusiva
P7 31 à 36 anos	AEE	Única	Pedagogia	Gestão escolar	18 horas	10 anos – 5 anos na Educação Inclusiva
P8 Mais de 41 anos	4º ano	4º Ano	Pedagogia	-	12 horas	30 anos – 10 anos na Educação Inclusiva

Tabela 1: ‘Dados dos Participantes’.

A partir da tabela acima com as informações gerais dos participantes, vimos que dos oito (8) educadores participantes dois (2) fazem parte do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que são P7 e P8. Os outros participantes são professores de disciplinas específicas: P1 - Matemática, P2 - História, P3 - Geografia, P4 - Ciências e P5 - Língua Portuguesa. Os oito (8) educadores trabalham com turmas de 6º, 7º e 8º anos.

Em relação à idade e conforme mostra a tabela, quatro profissionais têm idade entre 26 e 30 anos, dois têm idade entre 21 e 36 anos e um tem mais de 41 anos de idade.

Quanto à graduação dos referidos educadores: P1 é formado em Matemática, P2 em História, P3 em Geografia, P4 em Ciências, P5 em Letras: Português, P6 tem o 2º grau completo, P7 Pedagogia e P8 também é formada em Pedagogia. Somente três (3) dos oito (8) participantes têm pós-graduação: P4 tem pós-graduação em Inclusão Social, P5 tem pós-graduação em língua portuguesa, e P7 tem pós-graduação em gestão escolar.

Em relação à jornada de trabalho, as informações apresentadas na tabela ressaltam que quase todos os participantes têm uma carga horária de 16 horas. Dos oito

(8) profissionais envolvidos na pesquisa quatro (4) têm uma carga horária de 16 horas aula e dois (2) têm carga horária de 12 horas aula, somente um dos participantes tem carga horária de 18 horas aula, e um de quatro (4) horas.

O tempo de experiência que os educadores têm na educação se apresentou bastante variado: 2 participantes com 4 anos de experiência, 2 participantes com 10 anos de experiência, 1 participante com 6 anos de experiência, 1 participante com 5 anos de experiência, e 1 participante com 3 anos de experiência.

O tempo de experiência na área da inclusão também ficou variado: 4 participantes com 2 anos de experiência na educação inclusiva, 1 participante com 4 anos de experiência na educação inclusiva, 1 participante com 3 anos de experiência na educação inclusiva, 1 participante com 5 anos de experiência na educação inclusiva, e 1 participante com 10 anos de experiência na educação inclusiva.

Análise da Categoria 1: Desafios da inclusão de alunos com Síndrome de Down:

Em relação a esta categoria, a maioria dos participantes (5 de 8) acredita que os maiores desafios estão na identificação das habilidades reais dos alunos em processo de inclusão, sendo que essa identificação é importante para a definição de metodologias adequadas. Em relação a esse desafio, P6 disse “uma sala com mais espaço e materiais concreto, jogos didáticos e o acompanhamento de um profissional de um professor do AEE nas salas de aulas auxiliando o aluno na realização das atividades desenvolvidas em sala”. Outro desafio importante é a falta de qualificação para o atendimento de todos os alunos em sala de aula. Segundo o participante P7 “o desafio maior é fazer com que os professores regentes tenham a consciência de proporcionar atividades diversificadas e desafiadoras que atendam as necessidades do aluno envolvido facilitando a inclusão do mesmo na sala com os demais colegas de classe”.

Análise da Categoria 2: Estratégias e metodologias para o atendimento dos alunos com Síndrome de Down em sala de aula regular:

Quanto a esta categoria, a maioria dos participantes (7 de 8) descreveu que a metodologia mais utilizada é organizar grupos entre os alunos como forma de socialização e interação do aluno com Síndrome de Down e os demais na classe, tais atividades são desafiadoras para trabalhar o lado social dos educandos. Ainda sobre as estratégias o P8 ressalta que “promoção de atividades individuais e em grupo,

respeitando as trocas e as diferenças nas interações sociais. Dessa forma partimos de um trabalho com materiais concretos, atividades adaptadas do programa curricular, propiciando momento de brincadeiras e de desenvolvimento com o lúdico, jogos e cantigas”. Para o participante o trabalho realizado de forma diferenciada, através de uma proposta que atenda as necessidades cognitivas, intelectuais e físicas das crianças com Síndrome de Down ajuda o educando a interagir em todas as áreas do conhecimento.

Segundo LDB, nº4/2009A escola deve ser capaz de desenvolver nos alunos capacidades intelectuais que lhes permitam assimilar plenamente os conhecimentos acumulados. Isto quer dizer que ela não deve restringir à transmissão de conteúdos, mas, principalmente, ensinar o aluno a pensar, ensinar formas de acesso e apropriação do conhecimento elaborado de modo que ele possa praticá-las com autonomia ao longo de sua vida. Promovendo atividades lúdicas que envolvam brincadeiras e o desenvolvimento da capacidade motora e física.

Ainda sobre a categoria 2, no que se refere às estratégias e metodologias utilizadas em sala de aula para que o aluno com Síndrome de Down sintasse integrado ao meio em que vive, todos os professores relataram as mesmas respostas como promoção de atividades individuais e em grupos respeitando as trocas e as diferenças nas intervenções, trabalhar com material concreto, atividades adaptadas do programa curricular proporcionando momentos de brincadeira e desenvolvimento com o lúdico, jogos e cantigas.

Análise da categoria 3: As estratégias e metodologias estão de acordo com as diretrizes/ legislação para o trabalho com o aluno com Síndrome de Down.

Referente a esta categoria, os professores investigados (7 de 8) responderam que estavam de acordo com a legislação, “o trabalho é realizado de forma diferenciada através de uma proposta que atenda as necessidades cognitivas, intelectuais e físicas da criança com Síndrome de Down. Além disso, as necessidades ajudam ao educador a interagir com todas as áreas do conhecimento.” Ainda sobre esta temática outra professor acrescenta “sim já que visam o melhor ensino e aprendizagem do aluno, nem todas as estratégias estão literalmente imersas na legislação, pois a teoria se difere da prática”.

Análise da categoria 4: Atividades que a criança com Síndrome de Down gosta de fazer em sala de aula? Quais os objetivos dessas atividades?

Quanto a esta categoria os educadores foram unânimes em suas colocações, as atividades que o aluno com Síndrome de Down mais gosta de realizar é: pintar, dançar, tocar violão se reunir com os colegas em grupos, jogos e seminários. Com objetivo de promover a interação social entre os alunos e professores em sala. Desenvolver alguma capacidade motora e física.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado foi possível alcançar os objetivos pautados para o mesmo. Como vimos nos resultados, os participantes apresentaram vários desafios e necessidades reais para a inclusão adequada dos alunos com diagnóstico de necessidades educacionais especiais, foi detectado também as metodologias utilizadas em sala de aula, através de atividades lúdicas, jogos e movimento corporais proporcionando no aluno o interesse e a interação no ambiente escolar.

Como colocado anteriormente este estudo teve como objetivo analisar estratégias que a escola utiliza para incluir aluno com Síndrome de Down, como também apontar as possibilidades e desafios educativos desse processo de inclusão. O estudo se realizou através de um questionário respondido por 08 professores que têm contato direto com o aluno com Síndrome de Down. Os objetivos proposto foram alcançados com sucesso, pois levou os professores a refletir, analisar sua prática pedagógica. A pesquisa permitiu conhecer e compreender os desafios da inclusão a partir da experiência e do discurso de educadores que trabalham diretamente com a inclusão. Isto foi constatado por mudanças no ambiente escolar em relação aos alunos com Síndrome de Down, pois de acordo com depoimento dos professores “toda criança é capaz de aprender”, só depende das estratégias e metodologias adequadas a suas habilidades.

Quanto aos professores, constatou-se que seus principais desafios são em relação ao espaço físico da escola, materiais didáticos para desenvolver melhor sua prática pedagógica e a necessidade de um professor do AEE na sala de aula acompanhando o aluno alvo.

Em relação às estratégias e metodologias utilizadas pelos professores investigados se destacam as lúdicas, as atividades com gravuras, e as atividades que envolvam danças, jogos, pinturas e dramatizações, pois as mesmas favorecem a interação do aluno com os demais colegas da turma, criando laços amigáveis.

De acordo com a fundamentação teórica, os alunos com necessidades educacionais especiais são amparados por lei para serem incluídos no sistema regular de ensino. A Resolução de 2009 CNE/CEB 4/2009, no art. 1º, relata que é dever do sistema de ensino matricular alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular e oferecer o AEE para esses alunos, proporcionando salas de multimídia para que os mesmos se insiram adequadamente no contexto escolar.

Em relação à opinião dos professores sobre os desafios da inclusão é que os maiores desafios estão na identificação das habilidades reais dos educandos em processo de inclusão, pois é através desta que pode-se traçar metodologias inovadoras para suprir as habilidades dos alunos. Os educadores apontam algumas estratégias para a integração do aluno com Síndrome de Down como atividades grupais e individuais, respeitando as trocas e as diferenças nas interações sociais. Dessa forma eles partem de um trabalho com materiais concretos, além de procurar atividades adaptadas do programa curricular, proporcionando momentos de brincadeira e desenvolvimento com o lúdico.

Quanto às estratégias citadas acima, podemos dizer que as mesmas estão de acordo com as diretrizes. Os professores concordam e afirmam que o trabalho é realizado de forma diferenciada, procurando atender as necessidades intelectuais e físicas do aluno e ajudar o educando a interagir com todas as áreas do conhecimento. As atividades que o estudante com Síndrome de Down realiza com prazer são as lúdicas que envolvem brincadeiras relativas ao desenvolvimento motor e físico.

A realização da pesquisa sobre a inclusão de criança com Síndrome de Down foi importante, pois levou os professores envolvidos a refletir e analisar sua prática pedagógica e conhecer melhor as leis que amparam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Recomenda-se para as próximas pesquisas sobre a inclusão das crianças com Síndrome de Down no ensino regular uma abordagem sobre a formação continuada para professores regentes de sala na área da inclusão. Também é importante pesquisar mais sobre as possibilidades de participação da família no processo de inclusão: O que fazer para envolver a família na escola? Estudar o que realmente os alunos com necessidades educacionais especiais estão aprendendo em sala de aula pode trazer grandes contribuições para uma educação inclusiva de qualidade.

REFERÊNCIAS

- AMIRALIAN, Maria L.T, et al. (2000) Conceituando deficiência. In: *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v.34, n.1, pp.97 – 103.
- BELSKY, J. Desenvolvimento humano - Experienciando o ciclo da vida. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Portal Mec.** Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CARVALHO, M. de F. *Conhecimento e vida na escola: convivendo com as diferenças*. Campinas: Autores Associados; Ijuí/RS: Unijui, 2006.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: _____; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006, p. 15-29.
- MOREIRA, A. F. B. Currículo, diferença cultural e diálogo. *Educação & Sociedade*, n. 79, p. 15-38, 2002.
- SHWARTZMAN, J. S.(2003) *Síndrome de Down*. São Paulo: Memnon/ Mackenzie.
- SOUZA, T. Y.; BRANCO, A. U.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano: aspectos históricos e tendências atuais. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20 (2) [S.l.:s.n.], 2008. p. 357-376.
- VOIVODIC, M. A. *Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- WEMECK, C. *Muito prazer, eu existo: um livro sobre as pessoas portadoras de Síndrome de Down*. 4ed. Rio de Janeiro: WVA, 1993.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES (Modelo)

QUESTIONÁRIO SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

1) Questão

a) Trabalha na escola Municipal: _____

b) Disciplina: _____

c) Turma que leciona: _____

d) Número de alunos com Síndrome de Down em sua sala: _____

2) Questão:

Idade:

() Entre 26 a 30 anos

() Entre 31 a 36 anos

() Entre 37 e 41 anos

() Mais de 41 anos

3) Questão

Formação Acadêmica

Graduação em: _____

Pós Graduação em: _____

Mestrado em: _____

4) Questão;

Jornada de trabalho:

() 12 horas () 16 horas () 18 Horas () Mais/Menos

5) Tempo de experiência na Educação:

6) Tempo de experiência na Educação Inclusiva:

7) Quais os principais desafios que a escola enfrenta para incluir os alunos com Síndrome de Down? Por favor, tente descrever esses desafios de maneira exaustiva.

8) Quais as estratégias e metodologias utilizadas em sala de aula para que o aluno com Síndrome de Down se sinta integrado com os demais alunos?

9) Você considera que as estratégias citadas acima estão de acordo com as diretrizes/legislação para o trabalho com o aluno com Síndrome de Down. Por quê?

10) Quais atividades a criança com Síndrome de Down gosta de fazer em sala? Quais os objetivos dessas atividades?

Você gostaria de acrescentar algo mais sobre o tema principal do questionário?

Obrigado pela participação!

ANEXOS

ANEXO A: ACEITE INSTITUCIONAL (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde -
PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa

_____, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc.*) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo*)

do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados,
declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução
CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição
coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da
segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de
infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____(local), ____/____/_____(data).

Nome do (a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO B: CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA DIRETORA (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição:_____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^ao(a) cursista pós-graduando(a)

_____que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,_____

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar :**Prof^ªDr^a Diva Albuquerque Maciel**

ANEXO C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O PROFESSOR (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre_____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente. _____

Assinatura do Pesquisador _____

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____